



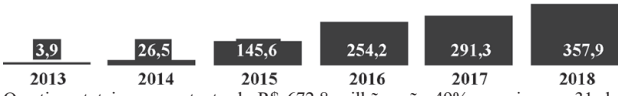
SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A.

CNPJ. 17.643.407/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da diretoria: Em 2018, completamos 5 anos de operação no Brasil, neste período, fortalecemos nossas principais características: a busca constante pela inovação, trabalho em equipe e atuação em novas linhas de negócios, sem perder o nosso principal objetivo, agregar valor ao nossos corretores e parceiros comerciais. Passamos por volatilidades Políticas e Econômicas, e mesmo assim, conseguimos alcançar bons resultados, superando indicadores do mercado, mediante desempenho consistente e foco no plano estratégico definido pelos acionistas. Obtivemos em 2018 um crescimento de 23% nos prêmios emitidos, com expressivo crescimento de 72% no grupo de ramos de seguros de pessoas, e nos consolidamos como a 2ª seguradora em vendas de seguro de lavouras agrícolas do Brasil. Nesse período apresentamos evoluções significativas nos resultados operacionais. Através de melhoria continua de nossa política de precificação e subscrição, reduzimos em 16 pontos percentuais a sinistralidade do grupo de ramos Automóvel, quando comparado ao exercício de 2017, além disso, continuamos com elevado grau de satisfação de nossos segurados em relação à qualidade de atendimento e dos nossos produtos. A execução consistente das estratégias - sempre com o foco no Cliente - é refletida nos resultados alcançados pela Seguradora, com um aumento de 41% na margem de contribuição do período, fechando em R\$ 37,2 milhões de resultado positivo (2017 - R\$ 26,4 milhões). O alinhamento estratégico de negócios, aliado a estrutura de capital consolidada da Companhia, permite fortalecer as ações para alcançar nossos objetivos em 2019 e a consolidar nossos resultados, buscando crescimento com rentabilidade através da excelência operacional, solidificando assim, a nossa marca no mercado brasileiro. Por fim, queremos agradecer os senhores acionistas, corretores, clientes e segurados pelo apoio e pela confiança que nos distinguem, às autoridades da SUSEP e demais ligadas as nossas atividades, aos auditores, consultores e prestadores de serviços pelos seus trabalhos e, especialmente aos nossos colaboradores pela dedicação durante este exercício. **Desempenho:** Os prêmios emitidos no valor de R\$ 357,9 milhões, representam um crescimento de 23% em relação a 31 de dezembro de 2017 (R\$ 291,3 milhões), e refletem o resultado de ações das áreas de negócios, execução do planejamento estratégico e campanhas de incentivo de vendas. Abaixo apresentamos a evolução histórica dos prêmios emitidos da Seguradora:

Prêmios emitidos - Em R\$ milhões



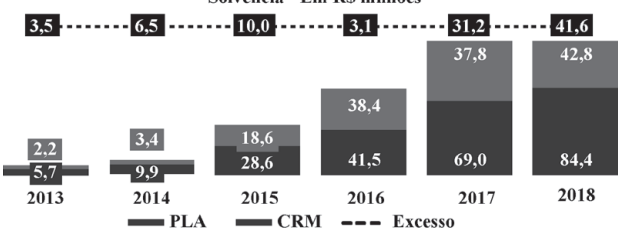
Os ativos totais no montante de R\$ 672,8 milhões são 49% superiores a 31 de dezembro de 2017, R\$ 451,7 milhões, refletindo o crescimento dos negócios. Abaixo apresentamos a evolução histórica dos ativos totais da Seguradora:

Ativos totais - Em R\$ milhões



No que tange a solvência, a Seguradora sempre apresentou excesso de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao Capital Mínimo Requerido (CMR), demonstrando que possui capacidade de ampliar suas operações. Abaixo apresentamos o histórico da margem de solvência da Seguradora:

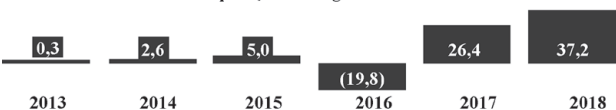
Solvência - Em R\$ milhões



A administração tem implementado programas de melhoria continua em processos e controles de subscrição, gestão de risco, eficiência operacional, regulação e pagamento de sinistros, bem como reforçando a estrutura organizacional e sistêmica. Como resultado destas ações, o resultado das operações de seguros do exercício findo em dezembro de 2018, apresentou evolução totalizando R\$ 37,2 milhões, sendo 41% melhor que o resultado de 2017, quando foi de R\$ 26,4 milhões.

Abaixo apresentamos a evolução histórica do resultado das operações de seguros que demonstra a contínua evolução dos resultados da Seguradora:

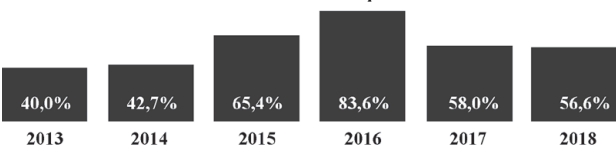
Resultado das operações de seguros - Em R\$ milhões



A administração vem empreendendo esforços na redução dos custos de aquisição e sinistralidade, através de parcerias estratégicas com corretores e resseguradoras. A Seguradora possui contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, onde transferimos os riscos de determinadas operações. Devido à essa característica do modelo de negócio efetuamos a análise da nossa sinistralidade de maneira líquida, ou seja, analisamos o indicador considerando o volume de recuperação de sinistros, repasses de prêmios e comissões recebidas. Abaixo apresentamos a sinistralidade com base nessa metodologia:

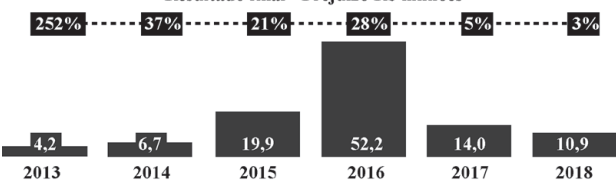
Valores em R\$ milhões	2016	2017	2018
(+) Prêmios ganhos	183.555	298.813	331.827
(-) Repasse de prêmios aos resseguradores	(84.886)	(133.267)	(155.442)
(=) Prêmio Ganho Líquido	98.669	165.546	176.385
(+) Comissões de resseguro	19.246	40.332	42.407
(=) Receita líquida	117.915	205.878	218.792
(-) Sinistros incorridos	(173.442)	(188.898)	(315.679)
(+) Recuperação de sinistros	74.911	69.468	191.836
(=) Sinistros líquidos	(98.531)	(119.430)	(123.843)
Sinistralidade líquida	83,56%	58,01%	56,60%

Sinistralidade líquida



Como reflexo das ações realizadas pela administração da Seguradora, o prejuízo do exercício de R\$ 10,9 milhões foi 22% menor que o mesmo período do ano anterior que apresentou prejuízo de R\$ 14,0 milhões. O prejuízo do exercício de 2018 representou 3% do resultado das operações seguros, enquanto que em 2017 representou 5%, demonstrando a evolução dos negócios. Abaixo demonstramos a evolução histórica do resultado final da Seguradora:

Resultado final - Prejuízo R\$ milhões



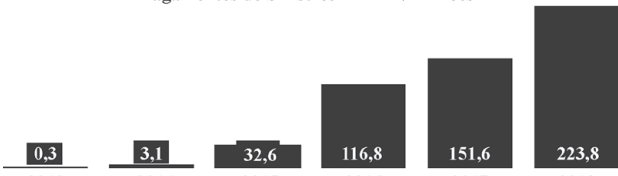
Perspectivas: A administração espera um crescimento da ordem de 40% em prêmios emitidos para 2019 e de 77% no resultado das operações de seguros, em função do foco nos segurados e corretores de seguros; atuação em novos mercados e lançamentos de novos produtos; além da melhora da eficiência operacional, amplitude e qualificação dos nossos canais de distribuição, expansão territorial, melhoria dos processos de subscrição e gestão de sinistros e gastos administrativos. **Ambiente Econômico e Mercadológico:** 2018 foi marcado por uma recuperação lenta da economia brasileira e pelo desemprego ainda elevado. A inflação permaneceu controlada, com exceção dos custos de transportes, afetados pela disparada dos preços da gasolina e do diesel. A cotação do dólar fechou 2018 ao redor de R\$ 3,90, em meio às expectativas de uma agenda mais liberal e pró-mercado. Ao longo de 2018, as expectativas de crescimento econômico foram sendo gradativamente reduzidas, principalmente pela incerteza com o futuro político e pela agenda econômica que seria adotada pelo novo governo. Com relação as expectativas para 2019, projeta-se a continuidade de uma política monetária expansionista, com Selic estável na casa de 6,5% anual, o que justificaria um crescimento econômico na ordem de 2,5% a 3%. Há dois aspectos a serem acompanhados e que podem dificultar esse cenário mais otimista;

Balanço patrimonial - Em milhares de reais			Passivo e Patrimônio líquido		
Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e Patrimônio líquido	Nota
Circulante.....		618.990	411.244	Circulante	
Disponível.....		5.088	46	Contas a pagar.....	
Caixa e bancos.....	6	5.088	46	Obrigações a pagar.....	13.1
Aplicações.....	7	228.765	225.934	Impostos e encargos sociais a recolher.....	13.2
Créditos das operações com seguros e resseguros...		181.596	76.325	Encargos trabalhistas.....	
Prêmios a receber.....	8.1	69.026	45.543	Impostos e contribuições.....	
Operações com resseguradoras.....	8.5	112.570	30.782	Outras contas a pagar.....	
Outros créditos operacionais.....		12.579	5.375	Débitos das operações com seguros e resseguros	
Ativos de resseguro e retrocessão	9	155.012	81.540	Prêmios a restituir.....	
Títulos e créditos a receber.....		4.579	3.173	Operações com resseguradoras.....	14
Títulos e créditos a receber.....		208	295	Corretores de seguros e resseguros.....	15
Créditos tributários e previdenciários.....		307	328	Outros débitos operacionais.....	
Outros créditos.....		4.064	2.550	Depósitos de terceiros	16
Outros valores e bens.....	10	1.433	1.402	Provisões técnicas - seguros.....	17
Bens a venda.....		1.433	1.402	Danos.....	
Despesas antecipadas		793	461	Pessoas.....	
Custo de aquisição diferidos.....	11	29.145	16.988	Vida individual.....	
Seguros.....		29.145	16.988	Não circulante.....	78
Ativo não circulante.....		53.779	40.458	Outros débitos	78
Realizável a longo prazo.....		9.990	6.990	Provisões judiciais.....	
Títulos e créditos a receber.....	12.1	9.990	6.990	Patrimônio líquido	18
Créditos tributários e previdenciários.....		9.990	6.990	Capital social.....	
Investimentos.....		251	219	Prejuízos acumulados.....	
Adiantamento para aquisição de Investimentos.....		251	219		
Imobilizado.....	12.2	9.647	10.829		
Bens móveis.....		4.957	5.115		
Outras imobilizações.....		4.690	5.714		
Intangível.....	12.3	33.891	22.420		
Outros intangíveis.....		33.891	22.420		
Total do ativo		672.769	451.702	Total do passivo e patrimônio líquido	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

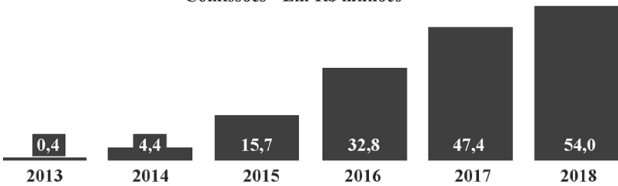
(1) incerteza quanto ao ajuste fiscal; (2) volatilidade do ambiente internacional. O crescimento das operações da Seguradora para 2019, leva em consideração a melhora moderada do cenário econômico. Com respeito a análise mercadológica, o setor de seguros registrou aumento nominal de 6,9% em 2018 na comparação com o ano anterior gerando um volume de arrecadação de R\$ 107,5 bilhões (não considera Capitalização, Previdência, Saúde e VGBL). O mercado trabalha com a expectativa de um bom desempenho em 2019, crescendo acima do PIB. **Aspectos societários:** O capital social Subscrito da Sancor Seguros do Brasil S.A. ao final do exercício de 2018 apresenta um montante de R\$ 236,4 milhões (R\$ 196,9 milhões em 31 de dezembro de 2017). **Provisões Técnicas:** As provisões técnicas totalizaram em 2018 R\$ 354,8 milhões (R\$ 250,7 milhões em 31 de dezembro de 2017), desse montante o valor de R\$ 74,6 milhões (R\$ 62,8 milhões em 31 de dezembro de 2017) refere-se as Provisões Técnicas do Convênio DPVAT. O valor a ser coberto por Ativos Vinculados à SUSEP é de R\$ 137,1 milhões (R\$ 116,7 milhões em 31 de dezembro de 2017), considerando a redução do valor de R\$ 151,5 milhões (R\$ 78,6 milhões em 31 de dezembro de 2017), relativo aos Ativos Redutores da Necessidade de Cobertura. Adicionalmente, com base nas normas vigentes, consideramos um acréscimo no montante a ser coberto, como margem de segurança, de R\$ 8,6 milhões, equivalente a 20% do Capital de Risco (CR) de - R\$ 42,8 milhões (R\$ 37,8 milhões = R\$ 7,6 milhões em 31 de dezembro de 2017). Assim, a Companhia mantém investimentos em títulos públicos e privados vinculados à SUSEP para cobertura de Provisões Técnicas no montante de R\$ 153,1 milhões (R\$ 161,7 milhões em 31 de dezembro de 2017), com excesso de 10,4% em 31 de dezembro de 2018 (27,8% em 31 de dezembro de 2017). **Resultado financeiro:** A Companhia obteve um resultado financeiro positivo em 4,09% (4,75% em 2017) sobre o valor dos prêmios ganhos, impactado pela redução da taxa de juros básica da economia. Em 2018 obtivemos a rentabilidade de 125% da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), sendo que em 2017 foi de 106%. **Distribuição de dividendos:** De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinadas por ocasião do encerramento do exercício. Em função dos resultados, não houve distribuição de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e não há expectativa de distribuição para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2019. **Recursos Humanos:** A Sancor Seguros do Brasil S.A. sabe que está no quadro de colaboradores o seu grande diferencial, por isso tem mantido programas permanentes de desenvolvimento e aperfeiçoamento, sendo que em 2018 aumentamos nosso quadro de colaboradores efetivos em 18%. **Responsabilidade Social:** A Companhia tem como cultura corporativa a preocupação com sustentabilidade e responsabilidade social e visa ultrapassar os limites dos bons resultados do seu negócio, mas também gerar resultados positivos para a sociedade a qual faz parte. Ao longo de 2018 a Seguradora efetuou o pagamento de R\$ 223,8 milhões (R\$ 151,6 milhões em 2017), cumprindo com a função social da seguradora de proteger as conquistas e o patrimônio de parcela da população. O volume de sinistros elevado no exercício de 2018 é reflexo dos eventos de seca da cultura de milho no sul do Brasil. Abaixo demonstramos a evolução histórica dos pagamentos de sinistros realizados:

Pagamentos de Sinistros - Em R\$ milhões



Já com relação ao volume de comissões pagas em 2018 a Seguradora ultrapassou a barreira dos R\$ 50 milhões atingindo o montante de R\$ 54,0 milhões ante R\$ 47,4 milhões em 2017. Abaixo demonstramos a evolução histórica dos pagamentos de comissões da Seguradora:

Comissões - Em R\$ milhões



Maringá, 22 de fevereiro de 2019.

A Administração

Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos	19.1	357.898	291.308
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	19.2	(26.071)	7.505
(=) Prêmios ganhos	19.3	331.827	298.813
(+) Receita com emissão de apólices		2.177	1.690
(-) Sinistros ocorridos	19.4	(315.679)	(188.898)
(-) Custos de aquisição	19.5	(55.973)	(54.688)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	19.6	(3.463)	(7.095)
(+) Resultado com resseguro		78.350	(23.468)
(+) Receita com resseguro	19.7	191.676	77.017
(-) Despesa com resseguro	19.7	(113.326)	(100.485)
(-) Despesas administrativas	19.8	(57.969)	(48.122)
(-) Despesas com tributos	19.9	(6.338)	(5.552)
(-) Resultado financeiro	19.10	13.567	14.194
(=) Resultado operacional		(13.501)	(13.126)
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(57)	27
(=) Resultado antes dos impostos e participações		(13.558)	(13.099)
(-) Imposto de renda		1.825	-
(-) Contribuição Social		1.175	-
(-) Participações sobre o lucro		(364)	(937)
(=) Prejuízo		(10.922)	(14.036)
(I) Média ponderada de ações		205.580	132.830
(=) Prejuízo por ação		(0,05)	(0,11)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercício findo em 31 de dezembro		
Em milhares de reais		
	2018	2017
Prejuízo do exercício	(10.922)	(14.036)
Resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente do exercício	(10.922)	(14.036)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Capital a realizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016.....		110.900	31.800	(6.900)	(82.998)	52.802
Aumento de capital:						
AGE de 29/12/2016	3.14	-	-	6.900	-	6.900
Portaria SUSEP Nº 19.....	3.14	18.000	(18.000)	-	-	-
AGE de 30/01/2017	3.14	-	8.875	-	-	8.875
Portaria SUSEP Nº 302.....	3.14	13.800	(13.800)	-	-	-
AGE de 26/04/2017	3.14	-	15.000	-	-	15.000
Portaria SUSEP Nº 332.....	3.14	8.875	(8.875)	-	-	-
Portaria SUSEP Nº 395.....	3.14	15.000	(15.000)	-	-	-
AGE de 23/06/2017	3.14	-	10.000	-	-	10.000
AGE de 31/07/2017	3.14	-	14.300	-	-	14.300
Portaria SUSEP Nº 506.....	3.14	10.000	(10.000)	-	-	-
Portaria SUSEP Nº 553.....	3.14	14.300	(14.300)	-	-	-
AGE de 29/09/2017	3.14	-	6.000	-	-	6.000
Portaria SUSEP Nº 689.....	3.14	6.000	(6.000)	-	-	-
Prejuízo do exercício.....		-	-	-	(14.036)	(14.036)
Saldos em 31 de dezembro de 2017.....		196.875	-	-	(97.034)	99.841
Aumento de capital:						
AGE de 30/01/2018	3.14	-	28.000	-	-	28.000
Portaria SUSEP Nº 800.....	3.14	28.000	(28.000)	-	-	-
AGE de 30/04/2018	3.14	-	2.000	-	-	2.000
Portaria SUSEP Nº 926.....	3.14	2.000	(2.000)	-	-	-
AGE de 25/06/2018	3.14	-	9.500	-	-	9.500
Portaria SUSEP Nº 1.034.....	3.14	9.500	(9.500)	-	-	-
Prejuízo do exercício.....		-	-	-	(10.922)	(10.922)
Saldos em 31 de dezembro de 2018.....		236.375	-	-	(107.956)	128.419

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Sancor Seguros do Brasil S.A. (doravante “Seguradora” ou “Companhia”) foi constituída em 6 de setembro de 2012, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição, e foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 5.031, de 20 de dezembro de 2012, iniciando suas operações em março de 2013. A Seguradora é uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório localizados na Av. Duque de Caxias, 882, Zona 07, Bloco 02, 5º Andar, Maringá, Estado do Paraná - Brasil. O controle acionário e a gerência efetiva nos negócios da Seguradora são exercidos pela Sancor Seguros Participações S.A., sociedade constituída e existente de acordo com as leis brasileiras. A Sancor Seguros Participações S.A. detém 100% do capital social da Seguradora e pertence ao Grupo argentino Sancor Seguros Internacional e sua controladora em última instância é a Sancor Cooperativa de Seguros Ltda., sediada em Sunchales na Argentina. A Seguradora tem por objeto social operar e explorar seguros de danos e de pessoas em todo território nacional, sobretudo nos seguintes grupos de ramos: • Automóveis; • DPVAT; • Patrimonial; • Pessoas Coletivo; • Pessoas Individual; • Rural. A emissão de reunão realizada dia 11 de fevereiro de 2019.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo regulador e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores que instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das Seguradoras, com adoção a partir de 1º de janeiro de 2015. As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros na categoria de “Avaliados ao valor justo através do resultado”. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal de seus negócios no Brasil. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial. **2.1. Normas e interpretações que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **IFRS 16 - “Operações de Arrendamento Mercantil”:** com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. Essa norma ainda não foi aprovada pela Susep, pois conforme reunião da comissão contábil da SUSEP em 27 de setembro de 2018 não será aprovada para vigorar em 2019, pois os impactos sobre o CMR não foram totalmente mapeados, no entanto a administração da Seguradora revisou todos os contratos de arrendamento da Seguradora durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma, se aprovada pela SUSEP, afetaria em especial a contabilização dos arrendamentos operacionais. A Seguradora esperaria reconhecer ativos de direito de uso de aproximadamente R\$ 19.784 em 1º de janeiro de 2019, passivos de arrendamento de igual valor. Os fluxos de caixa operacionais aumentariam e os fluxos de caixa de financiamento diminuiriam aproximadamente R\$ 2.091 pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento seria classificada como fluxos de caixa de atividades de financiamento. **IFRS 9/CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”:** aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento. **IFRS 15/CPC 47 - “Receita de Contratos com Clientes”:** essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - “Contratos de Construção”, IAS 18/CPC

30 - “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento. **IFRS 17 - “Contratos de Seguros”:** em maio de 2017 o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguros, norma que substitui a atual IFRS 4 - Contratos de Seguros (CPC 11 - Contratos de Seguros), com vigência para 2021. Até o momento, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC não emitiu pronunciamento correlato. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua (“moeda funcional”). A moeda funcional da Seguradora é o Real, também utilizada na apresentação das demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Seguradora estão demonstradas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente no exercício apresentado. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **3.2. Ativos financeiros:** As aplicações financeiras são efetuadas em títulos de renda fixa públicos e privados, e de acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015 e normas específicas do Conselho Monetário Nacional (CMN), os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de sua negociação, em categorias específicas:

(i) Classificação: A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. No exercício a Seguradora não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos. **(b) Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2018, compreendem caixa e equivalentes de caixa, a conta prêmios a receber de clientes e a conta de créditos de resseguros. **(ii) Reconhecimento e mensuração:** As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”, no período em que ocorrem. **(iii) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados):** A Seguradora avalia se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria, empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou “*impaired*”. Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria a Seguradora reconhece os valores de perdas incorridas decorrentes dos valores a receber há mais de 60 dias, independente de existirem outros valores a receber de determinado devedor, conforme orientação da Circular SUSEP 517/2015. Os ativos individualmente significativos que são avaliados para *impairment* em uma base individual não são incluídos na base de cálculo de *impairment* coletivo. A Seguradora designa os prêmios a receber para acesso de *impairment* nesta categoria elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015. **3.3. Ativos não financeiros:** Ativos não financeiros sujeitos a depreciação ou amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorram eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. **3.4. Ativos intangíveis - outros intangíveis: (a) Softwares:** Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso; (ii) a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo; (iii) o *software* pode ser vendido ou usado; (iv) o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Atividades Operacionais	2018	2017
Resultados antes dos impostos	(13.922)	(14.036)
Ajustes Para:		
Imposto de renda diferido	1.825	-
Contribuição Social diferida	1.175	-
Depreciações e amortizações	4.860	3.310
Perdas (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(985)	1.954
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(8.180)	(46.585)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(104.286)	15.722
Outros créditos operacionais	(7.204)	(3.086)
Ativos de resseguro	(73.472)	(13.848)
Despesas antecipadas	(332)	(455)
Ativo fiscal diferido	(3.000)	-
Custos de aquisição diferidos	(12.157)	865
Outros ativos	(1.437)	(3.515)
Impostos e encargos sociais a recolher	1.121	(708)
Impostos e contribuições	(12)	346
Outras contas a pagar	3.326	974
Débitos de operações com seguros e resseguros	84.324	(3.896)
Depósitos de terceiros	(242)	(2.038)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	103.994	23.392
Provisões judiciais	78	-
Caixa (consumido) pelas operações	(24.526)	(41.604)
Juros pagos	(100)	(100)
Juro recebidos	5.349	2.532
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	(19.277)	(39.172)

Atividades de Investimento

Recebimento pela venda:		
Imobilizado	-	50
Pagamento pela compra:		
Investimentos	(32)	(29)
Imobilizado	(1.572)	(2.948)
Intangível	(13.577)	(19.325)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(15.181)	(22.252)

Atividades de Financiamento

Integralizações de capital social	39.500	61.075
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	39.500	61.075
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalente de caixa	5.042	(349)
Caixa e Equivalente de Caixa no início do exercício	46	395
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do exercício	5.088	46

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e (vi) o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados as suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Seguradora. **(b) Licenças de uso de software adquiridas:** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável. **3.5. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na Nota 12.2. O valor residual dos ativos e a vida útil dos bens são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil. **3.6. Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento:** Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. A Seguradora não identificou contratos classificados como “contratos de investimento” na aplicação do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato. **3.7. Passivos oriundos de contratos de seguros:** A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na adoção inicial dos CPC. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BR GAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”), de acordo com a Circular SUSEP nº 517 de 2015 e alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir: (i) A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método “*pro rata die*” para todos os

continua...

SANCOR SEGUROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

riscos emitidos na data base de cálculo. A PPNG inclui valor correspondente aos riscos vigentes mais ainda não emitidos (PPNG_RVNE), sendo esta parcela estimada a partir do estudo de prêmios emitidos em atraso, via triângulos de *run-off*. (ii) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Os valores provisionados são calculados a partir dos valores reclamados pelos segurados, de acordo com o estabelecido na Nota Técnica de PSL e inclui assim ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas a partir de análises de consultores jurídicos para avaliação dos riscos em relação à importância segura. A mensuração da estimativa da PSL também considera o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados-IBNER, que é apurado considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros ocorridos e ainda não pagos, estimado por meio de triângulos de *run-off*. Para se chegar ao IBNER, subtrai-se da estimativa de Sinistros Ocorridos e Ainda Não Pagos a estimativa de IBNR e a PSL constituída caso a caso. O IBNER reflete a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação. (iii) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data base das demonstrações financeiras. Para o cálculo, foi utilizado o modelo atuarial de “triângulo de run-off” considerando o método de desenvolvimento dos sinistros avisados. (iv) A provisão de despesas relacionadas (PDR) é composta de duas parcelas: a PDR (IBNR), que significa a estimativa de despesas diretas para os sinistros ocorridos e não avisados, estimada de forma agregada e a PDR (PSL), que significa a estimativa de despesas diretas para os sinistros avisados e ainda não pagos. Também estimada de forma agregada e comparada com as despesas avisadas, constituídas caso a caso, de acordo com cada sinistro avisado e segue os mesmos procedimentos operacionais dos sinistros avisados. Para a obtenção da parcela da provisão despesas relacionadas a sinistros, referente ao IBNR, aplica-se o percentual histórico de despesas com sinistro sobre as provisões correspondentes. Este percentual será aplicado também a PSL gerando a estimativa de PDR dos sinistros ocorridos e já avisados. Se a PDR (PSL) estimada for inferior às despesas já avisadas, é utilizado o montante de despesas já avisadas como a parcela de PDR (PSL). Se for superior, é adotado o próprio valor da parcela de PDR (PSL) que será somada a parcela de PDR (IBNR) de forma a gerar a PDR total a ser constituída. (v) As receitas de comercialização de contratos de resseguro e custos são de origens dos contratos (DAC), que são amortizados no decorrer do prazo de vigência das apólices. **3.7.1. Teste de adequação dos passivos (TAP):** Conforme requerido pelo CPC 11 e pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, a Seguradora elaborou o teste de adequação dos passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras, as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. O teste de adequação de passivos levou em consideração todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutos de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma contábil das provisões técnicas, na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela ANBIMA, utilizando o indexador de taxa pré-fixada, considerando que os fluxos são nominais. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios futuros, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer de prêmios já registrados e de prêmios futuros, despesas administrativas, e as despesas relacionadas a liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares, considerando separadamente o grupo de ramo de Danos e de Pessoas, para efeito de apresentação. Mas os respectivos resultados parciais foram compensados para fins de obtenção do resultado final. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e ressarcimentos, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui os sinistros a liquidar (PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e as despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes e prêmios já registrados, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas foi comparado a soma das provisões técnicas (PPNG e PPNG-RVNE). O valor presente do fluxo de caixa de sinistros a ocorrer, relativo a prêmios futuros, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas foi comparado com o valor presente do fluxo de caixa dos prêmios futuros. As sinistralidades projetadas para os sinistros a ocorrer foram: Auto (78,83%), Rural (88,88%), Patrimonial (55,03%) e Pessoas (44,55%) com base na sinistralidade histórica por grupo de ramos, sendo utilizado os últimos 24 meses para Rural e, 12 meses para Auto, Pessoas e Patrimonial. Os fluxos decorrentes de prêmios já registrados foram segregados dos fluxos decorrentes de prêmios não registrados, sem compensação entre eles. Após realizar o teste de adequação de passivos para toda operação da Seguradora, verificamos que, para a data base de 31 de dezembro de 2018, o resultado do TAP foi negativo, não sendo necessário constituir Provisão Complementar de Prêmios (PCC). **3.7.2. Custos de aquisição:** Os custos de comercialização e as receitas de comissão de resseguro são registradas quando da emissão da apólice e reconhecidas no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição do diferimento das despesas e receitas de comercialização. **3.8. Contas a pagar:** As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo e, e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação. **3.9. Benefícios a empregados:** A Seguradora possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários e outros benefícios de curto prazo. **3.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A contribuição social foi constituída pela alíquota de 15%, e partir de 1º de setembro de 2015 pela alíquota de 20%, conforme disposto na Lei 13.169 de 6 de outubro de 2015. O imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R\$ 240 no exercício. Os créditos tributários, decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nas alíquotas vigentes na data. A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de tributos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos (ou *liability method*) segundo o CPC 32 sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. **Majoração da alíquota de CSLL - Lei 13.169/15:** Foi

sancionada em 6 de outubro de 2015 a Lei nº 13.169/15 (conversão da Medida Provisória nº 675/2015), que majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras. A referida lei estipula que a majoração da alíquota da CSLL vigorará de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. **3.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Seguradora tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. **3.12. Arrendamentos:** Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. A Seguradora não manteve operações de arrendamento mercantil financeiro durante o exercício. **3.13. Capital social:** As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos. **3.14. Aumento do capital social em aprovação:** No dia 19 de janeiro de 2017 através da Portaria SUSEP nº 19 foi aprovada a emissão de 18.000.000 (dezoito milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 18.000, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 110.900 para R\$ 128.900, conforme decisão do acionista em AGE’s de 29 de setembro de 2016 e 31 de outubro de 2016. No dia 31 de março de 2017 através da Portaria SUSEP nº 302 foi aprovada a emissão de 13.800.000 (treze milhões e oitocentos mil) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 13.800, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 128.900 para R\$ 142.700, conforme decisão do acionista em AGE de 29 de dezembro de 2016. No dia 18 de maio de 2017 através da Portaria SUSEP nº 332 foi aprovada a emissão de 8.875.000 (oito milhões e oitocentos setenta e cinco mil) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 8.875, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 142.700 para R\$ 151.575, conforme decisão do acionista em AGE de 30 de janeiro de 2017. No dia 5 de junho de 2017 através da Portaria SUSEP nº 395 foi aprovada a emissão de 15.000.000 (quinze milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 15.000, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 151.575, conforme decisão do acionista em AGE de 23 de junho de 2017. No dia 06 de setembro de 2017 através da Portaria SUSEP nº 553 foi aprovada a emissão de 14.300.000 (catorze milhões e trezentos mil) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 14.300, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 151.575 para R\$ 190.875, conforme decisão do acionista em AGE de 31 de julho de 2017. No dia 04 de dezembro de 2017 através da Portaria SUSEP nº 689 foi aprovada a emissão de 6.000.000 (seis milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 6.000, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 190.875 para R\$ 196.875, conforme decisão do acionista em AGE de 29 de setembro de 2017. No dia 1º de março de 2018 através da Portaria SUSEP nº 800 foi aprovada a emissão de 28.000.000 (vinte e oito milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 28.000, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 196.875 para R\$ 224.875, conforme decisão do acionista em AGE de 30 de janeiro de 2018. No dia 30 de maio de 2018 através da Portaria SUSEP nº 926 foi aprovada a emissão de 2.000.000 (dois milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 2.000, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 224.875 para R\$ 226.875, conforme decisão do acionista em AGE de 30 de abril de 2018. No dia 20 de agosto de 2018 através da Portaria SUSEP nº 1.034 foi aprovada a emissão de 9.500.000 (nove milhões e quinhentos mil) de novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 9.500, elevando o capital social da Seguradora de R\$ 226.875 para R\$ 236.375, conforme decisão do acionista em AGE de 25 de junho de 2018. **3.15. Apuração de resultado: 3.15.1 Apuração de receita e despesas:** O resultado é apurado pelo regime de competência e considera: (i) os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco; (ii) as receitas e despesas de prêmios e comissões relativas a responsabilidades repassadas a outros resseguradores, pelo regime de competência. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. **3.15.1.1. Receitas de juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. **3.16. Resseguro:** Os processos de resseguros são registrados no sistema operacional da Seguradora, de acordo com cada contrato negociado, para cada uma das linhas de coberturas. Os contratos de resseguros facultativos são negociados de acordo com as políticas e a legislação em vigor, sendo a conformidade do processo monitorado pela gerência de resseguros da Seguradora. No processo de resseguro facultativo, executado pela área técnica da Seguradora, as operações devem ser aprovadas através do controle de aceitação de risco. Além disso, toda a documentação do processo de resseguros é devidamente verificada pela gerência de resseguros da Seguradora. Para evitar o risco de crédito com corretores de resseguros e resseguradoras, foram estabelecidos procedimentos e políticas que visam a manutenção da liquidez das operações. Para tratar tais questões, foi criado um comitê, o qual decide sobre as operações novas e em curso. Todas as alterações nos termos e condições de resseguros estão de acordo com os manuais e políticas de subscrição. Toda e qualquer mudança ocorrida nos termos e condições dos tratados de resseguro são comunicadas para os subscritores pela gerência de resseguros da Seguradora. Antes desta comunicação as áreas subscrição/produto executam as alterações no sistema de acordo com as novas condições da apólice. **3.17. Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos utilizados pela Administração na preparação das demonstrações financeiras: (i) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros: As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das

demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos contratos de seguro. A Seguradora divulga análises de sensibilidade sobre gerenciamento de riscos (Nota 5). **(ii) Cálculo de impairment de ativos:** A administração avalia a cada balanço seus ativos para a verificação da necessidade de registro de *impairment* quando existem evidências claras de que o ativo pode não ser recuperável. **5. Gerenciamento de riscos: 5.1. Gestão de risco:** A Seguradora, de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição de seguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco de capital; • Risco financeiro. Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de risco da Seguradora engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para a sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos ligados à ética, transparência e prestação de contas. A estrutura de gerenciamento de risco é adaptada ao porte de negócios da Seguradora e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Risco e pelos responsáveis de cada uma das áreas da Seguradora, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. **5.2. Gestão do risco de subscrição:** O risco de subscrição é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na especificação das condições de aceitação, na tarifação do produto ou ainda de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas ou elaborar políticas de resseguro ou transferência de risco inadequada. **(a)** Mitigadores do risco de aceitação do produto - O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é acompanhado em estrutura que proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de brechas que comprometam sua adequada identificação e mensuração. O monitoramento dos nossos produtos permite acompanhar e adequar quando necessário às tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos. **(b)** Mitigadores do risco de subscrição - o risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde tenha a possibilidade de ocorrer sinistro, incerteza sobre o valor da indenização. O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que vai contra as expectativas da Companhia no momento da política de subscrição no que se refere as incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. São feitos os acompanhamentos para gestão dos riscos, onde uma das principais atribuições é o desenvolvimento do modelo interno para cálculo do capital adicional baseado no risco de subscrição. **(c)** Mitigadores do risco de resseguro - no Brasil o risco da compra de resseguros é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto a SUSEP que são classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor. A política de compra de resseguros e aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à diretoria da Companhia, que busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito. **(d)** Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes - como forma de mitigar o risco de efetuar provisões insuficientes, o Teste de Adequação de Passivo (TAP) realizado em 31 de dezembro de 2018 possibilita averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelos órgãos reguladores do mercado segurador brasileiro. **Sensibilidade ao risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data de balanço. Como fator de risco foi eleita a sinistralidade. Simulamos como uma elevação de 25% na sinistralidade da carteira teria impactado no Patrimônio Líquido e no resultado do exercício:

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado
Sinistralidade	Diminuição de 25%	2018 31.001
Sinistralidade	Aumento de 25%	31.001

O impacto no resultado após os impostos sobre o resultado é de 283,8 % e sobre o patrimônio líquido de 24,1 % em 31 de dezembro de 2018.

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado
Sinistralidade	Diminuição de 25%	2017 27.970
Sinistralidade	Aumento de 25%	(27.970)

O impacto no resultado após os impostos é de 199,3 % e, sobre o Patrimônio Líquido é de 28,0 % em 31 de dezembro de 2017.

5.3. Gestão de risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros. No que se refere a ativos financeiros, a Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidas. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. A exposição máxima de risco de crédito originada de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida onde a cobertura de sinistros pode ser cancelada caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data do vencimento. Para o controle e avaliação do risco de crédito, a Seguradora utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no país. Se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, a Seguradora adotará, para fins de classificação de risco de crédito, aquela mais conservadora. A política de gestão de riscos da Seguradora visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada ao perfil e limites de risco apropriados ao negócio da empresa e alinhados à política de investimento definida. A Seguradora busca realizar a gestão dos ativos financeiros através da diversificação das aplicações quanto ao nível de exposição e limites de alocação dos ativos, visando mitigar os riscos e garantir retornos sustentáveis. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros, distribuídos por ratings de crédito fornecidos pela agência classificadora de risco Fitch Rating e da Standard & Poor's. O valor justo de instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em preços cotados em mercado ativo na data de balanço.

continua...



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição da carteira por classe e por categoria contábil em 31 de dezembro de 2018:

Classificação	AAA	AA+	A	AA-	BB	Sem rating	Valor contábil
Caixa e bancos	-	-	-	-	-	5.088	5.088
Empréstimos e recebíveis - prêmios a receber.....	-	-	-	-	-	69.026	69.026
Valor justo por meio do resultado							
Ativos pós-fixados	-	-	-	-	46.821	-	46.821
Ativos pré-fixados	535	1.077	2.169	2.944	24.305	3.663	34.693
Públicos.....	-	-	-	-	69.070	-	69.070
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	-	-	-	-	5.929	-	5.929
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B).....	-	-	-	-	46.821	-	46.821
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	-	16.320	-	16.320
Privados.....	535	1.077	2.169	2.944	2.056	3.663	12.444
Recibo de Depósito Cooperativo (RDC)	-	1.077	-	-	-	-	1.077
Certificado de depósitos bancários (CDB).....	535	-	2.169	1.916	-	1.043	5.663
Letra Financeira	-	-	-	1.028	2.056	2.620	5.704
Fundos							
Quotas de fundos de investimentos.....	82.424	37.751	-	-	27.076	-	147.251
Exposição máxima ao risco de crédito	82.959	38.828	2.169	2.944	98.202	3.663	228.765

5.4. Gestão do risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. Localmente, seguimos a política corporativa do Grupo Sancor para a gestão de caixa e investimentos. A política define as regras de investimento, composição das carteiras de ativo e limites para cada carteira. **5.5. Gestão de risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm sobre os ganhos da Seguradora sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. Os limites de risco de mercado são estabelecidos com base em política corporativa definida pelo Grupo Sancor e aprovados localmente no Conselho da Administração. **Taxa de juros:** Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos e títulos privados indexadas à variação do CDI. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade foi considerada a variável taxa de juros como fator de risco. Simulamos como uma elevação e diminuição de 2,5% na taxa de juros Selic, teriam impactado no Patrimônio Líquido e resultado em 31 de dezembro de 2018 :

Premissas	Impacto no resultado 2018
Aumento de 2,5% na Selic.....	4.148
Diminuição de 2,5% na Selic.....	(4.148)
O impacto no resultado após os impostos é de 37,98 % e sobre o Patrimônio Líquido é de 3,23 % em 31 de dezembro de 2018.	

Premissas	Impacto no resultado 2017
Aumento de 2,5% na Selic.....	2.746
Diminuição de 2,5% na Selic.....	(2.746)
O impacto sobre o resultado é de 16,12 % e, sobre o Patrimônio Líquido de 1,28 % em 31 de dezembro de 2017. As aplicações financeiras da Seguradora estão classificadas como:	

Carteira em 31 de dezembro de 2018

	Nível I	Nível II	Valor contábil
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	5.929	-	5.929
Notas do Tesouro Nacional – Serie B (NTN-B) ..	46.821	-	46.821
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	16.320	-	16.320
Certificado de Depósitos Bancários (CDB)	-	5.663	5.663
Recibo de Depósito Cooperativo (RDC)	-	1.077	1.077
Letra Financeira (LF).....	5.704	5.704	
Quotas de fundos de investimentos.....	-	147.251	147.251
	69.070	159.695	228.765

Carteira em 31 de dezembro de 2017

	Nível I	Nível II	Valor contábil
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	16.285	-	16.285
Notas do Tesouro Nacional – Serie B (NTN-B) ..	45.574	-	45.574
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	14.984	-	14.984
Certificado de Depósitos Bancários (CDB)	-	4.328	4.328
Recibo de Depósito Cooperativo (RDC)	-	1.325	1.325
Letra Financeira (LF).....	-	2.455	2.455
Quotas de fundos de investimentos.....	-	140.983	140.983
	76.843	149.091	225.934

5.6. Gestão do risco operacional: A Seguradora define risco operacional como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a concentração bruta de risco para os produtos da Seguradora está distribuída da seguinte forma:

Produto	Prêmios a receber
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	79
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	79
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	588
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	26
Automóvel - Casco	7.866
Auxílio Funeral.....	127
Carta Verde.....	43
Compreensivo Condomínio	29
Compreensivo Empresarial	3.219
Compreensivo Residencial.....	2.096
Lucros Cessantes.....	24
Penhor Rural	13
Prestamista (exceto Habitacional e Rural).....	2.097
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV	2.833
Responsabilidade Civil Geral	35
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	33.718
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	5
Seguro de Vida do Produtor Rural	267
Vida (Pessoas Coletivo)	8.804
Vida (Pessoas Individual)	7.157
	69.026

Produto (Resseguro líquido de comissão)	Tipo de Resseguradora			Total
	Local	Admi-tida	Even-tual	
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	(12)	-	-	(12)
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual) ..	(20)	(3)	-	(23)
Automóvel - Casco	(23)	(23)	-	(46)
Compreensivo Condomínio	(51)	(12)	-	(63)
Compreensivo Empresarial	(920)	(227)	-	(1.147)
Compreensivo Residencial	(122)	(1)	-	(123)
Prestamista (exceto Habitacional e Rural) ..	(2.350)	(131)	-	(2.481)
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV	(3)	(3)	-	(6)
Riscos Nomeados e Operacionais	(26)	(4)	-	(30)
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR ..	(96.418)	(21.686)	(24.793)	(142.897)
Seguro de Vida do Produtor Rural	(380)	(28)	-	(408)
Vida (Pessoas Coletivo)	(3.418)	(431)	-	(3.849)
Vida (Pessoas Individual)	(323)	(18)	-	(341)
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP ..	-	-	-	-
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	(52)	-	-	(52)
Penhor Rural	(136)	-	-	(136)
	(104.254)	(22.567)	(24.793)	(151.614)

A tabela abaixo apresenta os prêmios emitidos por região onde a Seguradora opera.

Prêmios de seguros por região:	2018	2017
Sul	321.899	275.975
Centro - Oeste	11.278	1.841
Sudeste	16.649	8.810
Norte	2.613	711
Nordeste	5.459	3.971
	357.898	291.308

5.7. Gestão de risco de capital - capital adicional para risco de subscrição e de crédito: A SUSEP, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, divulgou normas que alteraram, a partir de janeiro de 2008, as regras de alocação de capital dos riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à eventual insuficiência de capital das Seguradoras. A partir de 2011, passaram a vigorar regras de alocação de capital para os riscos provenientes das operações de crédito realizadas com congêneres, resseguradores e entidades financeiras. O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora está sendo apresentado na Nota 18. Visando a adoção das melhores práticas de gestão de risco, a Seguradora está estudando modelo interno para cálculo do capital requerido. **5.8. Gestão de riscos financeiros:** A carteira de investimentos está substancialmente protegida de riscos financeiros, os riscos são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, pelo Banco do Brasil S.A. e Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que leva em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros da Seguradora. Com o objetivo de promover uma melhor gestão e controle da carteira e dos riscos financeiros existentes, é realizado o estudo de Gestão de Ativos e Passivos a fim de adequar os parâmetros da carteira de ativos à do passivo, garantindo assim a solvência e os recursos de caixa necessários à operação. Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Seguradora são:

Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado	Saldo impactado
Ativos pré-fixados públicos				
Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B)	Aumento de 6% na taxa	46.821	2.809	49.630
Ativos pós-fixados públicos				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Aumento de 6% na taxa	5.929	356	6.285
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Aumento de 6% na taxa	16.320	979	17.299
Inflação				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	Aumento de 6% na taxa	5.663	340	6.003
Letra Financeira (LF)	Aumento de 6% na taxa	5.704	342	6.046
Outros				
Recibo de Depósito Cooperativo (RDC)	Aumento de 6% na taxa	1.077	65	1.142
Quotas de Fundos de Investimentos	Aumento de 6% na taxa	147.251	8.835	156.086
		228.765	13.726	242.491
			7.549	

Impacto líquido de efeito tributário

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

6. Caixa e equivalente de caixa

	2018	2017
Caixa	22	12
Bancos conta depósitos.....	5.066	34
	5.088	46

7. Ativos financeiros: 7.1. Aplicações (ao valor justo por meio de resultado): A classificação das aplicações financeiras por categoria e prazo de vencimento é apresentada da seguinte forma:

	2018	Acima de 365 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Valor justo por meio do resultado	228.765	228.765	228.765	100%	
Fundo de investimento.....	69.071	69.071	69.071	30%	
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	5.929	5.929	5.929	3%	
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	46.821	46.821	46.821	20%	
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	16.321	16.321	16.321	7%	
Carteira administrada	159.694	159.694	159.694	70%	
Certificado de depósito bancário - CDB ..	5.664	5.664	5.664	2%	
Títulos de renda fixa - RDC	1.077	1.077	1.077	0%	
Letra Financeira	5.703	5.703	5.703	2%	
Quotas de fundos de investimentos.....	147.250	147.250	147.250	64%	
Total	228.765	228.765	228.765	100%	

	2017	Acima de 365 dias	Valor contábil	Valor de mercado	%
Valor justo por meio do resultado	225.934	225.934	225.934	100%	
Fundo de investimento.....	76.843	76.843	76.843	34%	
Letras Financeiras do Tesouro (LFT).....	16.284	16.284	16.284	7%	
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	45.574	45.574	45.574	20%	
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	14.985	14.985	14.985	7%	
Carteira administrada	149.091	149.091	149.091	66%	
Certificado de depósito bancário - CDB ..	4.328	4.328	4.328	2%	
Títulos de renda fixa - RDC	1.325	1.325	1.325	1%	
Letra Financeira	2.455	2.455	2.455	1%	
Quotas de fundos de investimentos.....	140.983	140.983	140.983	62%	
Total	225.934	225.934	225.934	100%	

Os títulos classificados como mantidos para negociação são 100% classificados no ativo circulante independentemente da data de seus vencimentos.

As movimentações das aplicações no exercício estão abaixo demonstradas:

Aplicações	2017	Aplicações	Resgates	Rendimentos	2018
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	16.284	3.429	(14.413)	629	5.929
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	45.574	20.012	(23.435)	4.670	46.821
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	14.985	6.424	(6.424)	1.336	16.321
Letra Financeira	2.455	3.000	-	248	5.703
Certificado de depósito bancário - CDB	4.328	23.000	(22.000)	336	5.664
Títulos de renda fixa - RDC	1.325	168.883	(169.220)	89	1.077
Quotas de fundos de investimentos.....	140.983	309.124	(311.190)	8.333	147.250
	225.934	533.872	(546.682)	15.641	228.765

7.2. Taxas de juros contratadas: As taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir:

Classe	Indexador	2018	Taxa de juros ao ano (%)	2017
Letras financeiras de tesouro - LFT	Selic	6,25% ao ano	9,53% ao ano	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	3,75% ao ano	2,95% ao ano	
Letras do tesouro nacional - LTN ...	Pré-fixada	9,00% ao ano	9,00% ao ano	
Certificado de depósito bancário - CDB	DI	108,00% da DI	103,25% da DI	
Títulos de renda fixa - RDC	DI	101,00% da DI	100,00% da DI	
Letra Financeira - LF	DI	111,25% da DI	103,75% da DI	
Quotas de fundos de investimentos.	DI	6,01% ao ano	9,78% ao ano	

7.3. Ativos em cobertura de provisões técnicas:

	2018	2017
Certificado de depósito bancário.....	5.664	4.328
Letras Financeiras	5.703	2.455
Letras financeiras do tesouro - LFT	5.929	16.284
Notas do tesouro nacional - NTN-B	46.821	45.574
Letras do tesouro nacional - LTN	16.321	14.985
Quotas de Outros Fundo de Investimentos	72.621	78.059
Total dos ativos em cobertura	153.059	161.685
Provisões Técnicas - seguros	354.727	250.733
(-) Ativos de Resseguro Redutores de PSL	(83.972)	(35.537)
(-) Ativos de Resseguro Redutores de IBNR	(11.137)	(4.422)
(-) Ativos de Resseguro Redutores de PDR	(3.819)	(1.820)
(-) Ativos de Resseguro Redutores de PPNG	(2.195)	-
(-) Ativos de Resseguro Redutores de PCC	-	(227)
(-) Depósitos judiciais.....	(669)	(565)
(-) Ativos de Resseguro Redutores (VI/VGBL/PGBL)	(257)	(113)
(-) Direitos Creditórios	(38.997)	(27.246)
(-) Direitos Creditórios RVNE	(6.214)	(2.664)
(-) Custo de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	(4.281)	(6.187)
(-) Provisões Consorcio DPVAT	(74.576)	(62.840)
Total dos ajustes	(226.117)	(141.621)
20% do capital de risco (Nota 18b).....	8.550	7.560
Total a ser coberto.....	137.160	116.672
Excedente de Cobertura	15.899	45.013

A Companhia utiliza os direitos creditórios como redutor da necessidade de cobertura por ativos garantidores com base nos prêmios a receber, na proporção dos riscos a decorrer, considerando cada parcela não vencida, na data base de cálculo, líquidas das parcelas cedidas em cosseguro e dos montantes relativos aos ativos de resseguro, conforme circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores.

continua...

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Créditos das operações com seguros e resseguros: 8.1. Prêmios a receber:

Ramos	2018			
	Prêmios a Receber de Segurados	Redução ao Valor Recuperável	Prêmios a Receber Líquido	Período médio de parcelamento Mensal
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	93	(14)	79	1
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	590	(2)	588	1
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	27	(1)	26	4
Automóvel - Casco	8.054	(188)	7.866	4
Auxílio Funeral	127	-	127	1
Carta Verde	44	(1)	43	4
Compreensivo Condomínio	29	-	29	12
Compreensivo Empresarial	3.221	(2)	3.219	12
Compreensivo Residencial	2.101	(5)	2.096	12
Lucros Cessantes	24	-	24	12
Penhor Rural	14	(1)	13	1
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	2.097	-	2.097	1
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV	2.908	(75)	2.833	4
Responsabilidade Civil Geral	35	-	35	4
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	35.350	(1.632)	33.718	1
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	5	-	5	1
Seguro de Vida do Produtor Rural	267	-	267	1
Vida (Pessoas Coletivo)	8.952	(148)	8.804	12
Vida (Pessoas Individual)	7.176	(19)	7.157	6
Total	71.114	(2.088)	69.026	5

Ramos	2017			
	Prêmios a Receber de Segurados	Redução ao Valor Recuperável	Prêmios a Receber Líquido	Período médio de parcelamento Mensal
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	74	(1)	73	1
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	534	-	534	1
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	28	-	28	4
Automóvel - Casco	11.117	(11)	11.106	4
Carta Verde	12	-	12	4
Compreensivo Condomínio	23	-	23	12
Compreensivo Empresarial	2.535	(1)	2.534	12
Compreensivo Residencial	1.950	(2)	1.948	12
Lucros Cessantes	28	-	28	12
Penhor Rural	7	-	7	1
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	2.273	(10)	2.263	1
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV	3.526	(4)	3.522	4
Responsabilidade Civil Geral	37	-	37	4
Riscos Nomeados e Operacionais	3	-	3	12
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	13.714	(2.945)	10.769	1
Seguro de Vida do Produtor Rural	249	-	249	1
Vida (Pessoas Coletivo)	6.284	(96)	6.188	12
Vida (Pessoas Individual)	6.222	(3)	6.219	6
Total	48.616	(3.073)	45.543	6

8.2. Composição quanto aos prazos de vencimento:

	2018	2017
Vencidos até 30 dias	6.011	2.543
Vencidos de 31 a 60 dias	3.935	1.011
Vencidos de 61 a 180 dias (i)	6.031	3.283
Vencidos de 181 a 360 dias (i)	246	181
Vencidos acima de 360 dias (i)	20	48
A vencer até 30 dias	15.738	12.082
A vencer de 31 a 60 dias	16.652	9.232
A vencer de 61 a 180 dias	16.328	14.479
A vencer de 181 a 360 dias	6.033	5.586
A vencer superior a 360 dias	120	171
Total	71.114	48.616

(i) Os saldos vencidos a mais de 61 dias referem-se basicamente a operações do grupo de ramos Agro que não apresentaram indicativos de *impairment* em virtude de serem valores a receber de parceiros estratégicos.

8.3. Movimentação dos saldos

	2018	2017
Saldo inicial	45.543	57.869
Prêmios emitidos	417.616	337.638
Prêmios cancelados e restituídos	(59.718)	(46.330)
Recebimentos	(335.400)	(301.680)
Redução ao valor recuperável	985	(1.954)
Saldo final	69.026	45.543

8.4. Redução ao valor recuperável: A movimentação da provisão para redução do valor recuperável de prêmios a receber é demonstrada no quadro abaixo:

	2018	2017
Saldo inicial	3.073	1.119
Provisões constituídas	1.461	3.763
Reversões	(2.446)	(1.809)
Saldo final	2.088	3.073

8.5. Operações com resseguradoras:

	2018	2017
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	5	11
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	38	16
Automóvel - Casco	83	230
Compreensivo Condomínio	49	13
Compreensivo Empresarial	538	774
Compreensivo Residencial	1	1
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	3.408	1.600
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV	490	408
Riscos Nomeados e Operacionais	129	822
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	104.337	25.933
Seguro de Vida do Produtor Rural	145	15
Vida (Pessoas Coletivo)	2.495	956
Vida (Pessoas Individual)	3	3
Total	112.570	30.782

9. Ativos de resseguro:

	2018				
	Prêmio de resseguro diferido	Sinistros de resseguros	IBNR	PDR	Total
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	2	-	-	-	2
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	8	12	3	2	25
Automóvel - Casco	52	-	-	-	52
Compreensivo Condomínio	44	7	9	3	64
Compreensivo Empresarial	924	2.267	149	371	3.711
Compreensivo Residencial	60	-	-	-	60
Penhor Rural	67	-	-	-	67
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	5.568	408	119	4	6.099
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV	17	57	22	8	105
Riscos Nomeados e Operacionais	6	-	-	-	6
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	48.035	76.243	15.451	3.402	143.129
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	26	-	-	-	26
Seguro de Vida do Produtor Rural	651	25	5	4	685
Vida (Pessoas Coletivo)	216	179	153	25	573
Vida (Pessoas Individual)	151	183	64	10	408
Totais	55.827	79.381	15.975	3.829	155.012

	2017				
	Prêmio de resseguro diferido	Sinistros de resseguros	IBNR	PDR	Total
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	2	-	-	-	2
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	10	16	4	3	33
Automóvel - Casco	89	3	4	2	98
Compreensivo Condomínio	25	14	8	3	50
Compreensivo Empresarial	469	1.690	47	279	2.485
Compreensivo Residencial	94	-	-	-	94
Penhor Rural	24	-	-	-	24
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	319	205	25	2	551
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV	3	48	89	40	180
Riscos Nomeados e Operacionais	87	68	32	11	198
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	38.052	25.906	10.839	1.465	76.262
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	37	-	-	-	37
Seguro de Vida do Produtor Rural	22	40	25	8	95
Vida (Pessoas Coletivo)	37	389	506	8	940
Vida (Pessoas Individual)	382	75	31	3	491
Totais	39.652	28.454	11.610	1.824	81.540

10. Outros valores e bens: Os salvados e ressarcidos da Companhia são originados dos ramos de automóveis, sendo que o prazo médio de permanência na conta em 31 de dezembro de 2018 foi de 67 dias (31 de dezembro de 2017 - 92 dias).

12.2. Imobilizado:

Composição do saldo					2018
Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	8.335	(3.964)	4.371	
Equipamentos	20%	3.267	(1.456)	1.811	
Móveis, máquinas e utensílios	10%	3.699	(966)	2.733	
Veículos	20%	685	(272)	413	
Imobilizações em curso	-	319	-	319	
		16.305	(6.658)	9.647	

Movimentação dos saldos		Benfeitorias em imóveis de terceiros		Equipamentos		Móveis, máquina s e utensílios		Imobilizações em curso		Total	
Descrição											
Em 31 de dezembro de 2016		5.128		1.653		3.195		174		65	10.215
Custo total		5.984		2.115		3.442		329		65	11.935
Depreciação acumulada		(856)		(462)		(247)		(155)		-	(1.720)
Saldo contábil, líquido		5.128		1.653		3.195		174		65	10.215
Aquisições		385		536		158		336		1.533	2.948
Transferências		1.534		-		-		-		(1.534)	-
Alienações		-		-		-		(50)		-	(50)
Depreciações		(1.397)		(449)		(354)		(84)		-	(2.284)
Em 31 de dezembro de 2017		5.650		1.740		2.999		376		64	10.829
Custo total		7.903		2.652		3.599		515		64	14.733
Depreciação acumulada		(2.253)		(912)		(600)		(139)		-	(3.904)
Saldo contábil, líquido		5.650		1.740		2.999		376		64	10.829
Aquisições		432		615		100		170		255	1.572
Depreciações		(1.711)		(544)		(366)		(133)		-	(2.754)
Em 31 de dezembro de 2018		4.371		1.811		2.733		413		319	9.647
Custo total		8.335		3.267		3.699		685		319	16.305
Depreciação acumulada		(3.964)		(1.456)		(966)		(272)		-	(6.658)
Saldo contábil, líquido		4.371		1.811		2.733		413		319	9.647

12.3. Intangível: O intangível é constituído por despesas com direito de uso de sistemas de computação e por softwares desenvolvidos internamente, sendo as amortizações efetuadas com base em taxa anual de 20% e 10%, respectivamente. No segundo semestre de 2018 entrou em funcionamento um novo software desenvolvido internamente. O intangível em formação refere-se a gastos relativos ao desenvolvimento e implementação da segunda fase do sistema operacional desenvolvido internamente cuja expectativa é de entrar em funcionamento no exercício de 2020.

Composição do saldo

	2018			
Descrição	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Direito de uso de software	20%	6.067	(4.240)	1.827
Direito de uso de software desenvolvido	10%	31.321	(1.026)	30.295
Intangível em formação	-	1.769	-	1.769
		39.157	(5.266)	33.891

	2018	2017
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	4	6
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	296	261
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	11	12
Automóvel - Casco	3.219	4.154
Auxílio Funeral	10	-
Carta Verde	11	5
Compreensivo Condomínio	19	10
Compreensivo Empresarial	1.120	867
Compreensivo Residencial	1.167	1.076
Lucros Cessantes	16	16
Penhor Rural	7	1
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	10.542	249
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV	1.094	1.500
Responsabilidade Civil Geral	21	19
Riscos Nomeados e Operacionais	-	7
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	6.693	5.251
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	1	-
Seguro de Vida do Produtor Rural	984	17
Vida (Pessoas Coletivo)	1.925	1.760
Vida (Pessoas Individual)	2.005	1.777
Total	29.145	16.988

Os custos diferidos são representados por comissões sobre prêmios emitidos diferidos pró-rata dia com base na vigência das apólices.

Movimentação dos saldos

	2018	2017
Saldo inicial	16.988	17.853
Constituição	68.130	53.823
Apropriação de despesas	(55.973)	(54.688)
Saldo final	29.145	16.988

12. Ativo não circulante: 12.1. Créditos tributários e previdenciários:

	2018	2017
Ativo fiscal tributário diferido		
Imposto de Renda sobre prejuízos fiscais	6.194	4.369
Contribuição Social sobre prejuízos fiscais	3.796	2.621
Total	9.990	6.990

A Seguradora constituiu créditos tributários sobre o prejuízo fiscal decorrente da apuração de Imposto de Renda e base negativa de Contribuição Social sobre os prejuízos dos exercícios de 2013, 2014 e parte do exercício de 2015. Os créditos foram calculados com base nas alíquotas vigentes à época da elaboração das demonstrações financeiras. A Seguradora estima que o exercício de 2019 gerará lucro tributável, sendo que as projeções futuras apresentam um cronograma com o início das realizações dos tributos em 2019 e término em 2022, conforme demonstrado abaixo:

Exercício	Montante
2019	75
2020	1.120
2021	3.125
2022	5.670
	9.990

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro, considerando também o estágio inicial de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não reconheceu ativos de impostos de R\$ 35.823 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 34.454) com relação a prejuízos no montante de R\$ 89.757 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 85.729), que podem ser compensados com lucro tributável futuro. Esses prejuízos não possuem prazo de prescrição. A Seguradora está adotando uma série de medidas que contribuirão para a realização futura dos créditos: • Melhororia contínua dos processos e eficiência operacional; • Equilíbrio técnico da operação de Auto; • Maior participação dos ramos de pessoas e patrimonial na carteira; • Rígido controle de despesas; • Parcerias estratégicas com novos canais; • Lançamento de novos produtos e novos ramos de atuação.

Composição do saldo					2018
Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	7.903	(2.253)	5.650	
Equipamentos	20%	2.652	(912)	1.740	
Móveis, máquinas e utensílios	10%	3.599	(600)	2.999	
Veículos	20%	515	(139)	376	
Imobilizações em curso	-	64	-	64	
		14.733	(3.904)	10.829	

Móveis, máquina s e utensílios			Veículos		Imobilizações em curso		Total	
mentos								
1.653	3.195	174		65	10.215			
2.115	3.442	329		65	11.935			
(462)	(247)	(155)		-	(1.720)			
1.653	3.195	174		65	10.215			
536	158	336		1.533	2.948			
-	-	-		(1.534)	-			
-	-	(50)		-	(50)			
(449)	(354)	(84)		-	(2.284)			
1.740	2.999	376		64	10.829			
2.652	3.599	515		64	14.733			
(912)	(600)	(139)		-	(3.904)			
1.740	2.999	376		64	10.829			
615	100	170		255	1.572			
(544)	(366)	(133)		-	(2.754)			
1.811	2.733	413		319	9.647			
3.267	3.699	685		319	16.305			
(1.456)	(966)	(272)		-	(6.658)			
1.811	2.733	413		319	9.647			



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos saldos				17. Provisões técnicas - Seguros: 17.1. Provisões técnicas									
Descrição	Direito de uso de software	Direito de uso de software desenvolvido	Intangível em formação	Total	Prêmios não Ganhos	Sinistros a Liquidar	Sinistros Ocorridos mas não avisados	Provisão de despesas de relacionadas	Outras provisões	Total			
Em 31 de dezembro de 2016.....	2.196	-	1.925	4.121	Passivo								
Custo total	4.330	-	1.925	6.255	Compreensivo Condomínio	87	11	9	1	108			
Amortização acumulada.....	(2.134)	-	-	(2.134)	Compreensivo Empresarial	5.612	3.450	189	106	9.357			
Saldo contábil, líquido	2.196	-	1.925	4.121	Lucros Cessantes.....	64	-	28	3	95			
Aquisições.....	1.240	-	18.085	19.325	Riscos Nomeados e Operacionais.....	-	24	1	-	25			
Amortizações	(1.026)	-	-	(1.026)	Responsabilidade Civil Geral	83	12	11	2	108			
Em 31 de dezembro de 2017.....	2.410	-	20.010	22.420	Acidentes Pessoais de Passageiros - APP.....	63	15	6	-	84			
Custo total	5.570	-	20.010	25.580	Carta Verde.....	69	7	-	1	77			
Amortização acumulada.....	(3.160)	-	-	(3.160)	Automóvel - Casco	19.275	5.329	330	349	25.283			
Saldo contábil, líquido	2.410	-	20.010	22.420	Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV	6.549	3.109	416	150	10.224			
Aquisições.....	497	-	13.080	13.577	Prestamista (exceto Habitacional e Rural).....	26.176	2.226	966	13	29.381			
Transferências	-	31.321	(31.321)	-	Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	17	44	19	-	80			
Amortizações	(1.080)	(1.026)	-	(2.106)	Vida (Pessoas Coletivo).....	5.838	6.741	5.219	76	17.874			
Em 31 de dezembro de 2018.....	1.827	30.295	1.769	33.891	Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	70.230	85.448	11.275	3.375	170.328			
Custo total	6.067	31.321	1.769	39.157	Penhor Rural	34	-	-	-	34			
Amortização acumulada.....	(4.240)	(1.026)	-	(5.266)	Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	761	232	47	1	1.041			
Saldo contábil, líquido	1.827	30.295	1.769	33.891	Vida (Pessoas Individual)	6.551	1.081	348	8	7.988			
13. Contas a pagar: 13.1. Obrigações a pagar:				2018	2017								
Fornecedores			5.046	3.358	Auxílio Funeral	100	10	12	-	122			
Participações nos lucros a pagar			421	1.000	Compreensivo Residencial.....	4.530	686	119	53	5.388			
Outras obrigações.....			1.761	354	Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	6	-	-	-	6			
			7.228	4.712	Seguro de Vida do Produtor Rural	2.442	91	16	-	2.549			
13.2. Impostos e encargos sociais a recolher:				2018	2017	DPVAT	-	8.074	66.192	309	74.575		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)			1.744	1.313	Total	148.487	116.590	85.203	4.138	309	354.727		
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)			747	269									
Imposto Sobre Serviços (ISS).....			14	12	Prêmios não Ganhos								
Contribuições previdenciárias			491	387	Sinistros a Liquidar								
Contribuições para o FGTS			170	38	Ocorridos mas não avisados								
PIS/COFINS e CSLL retidos			555	581	Provisão de despesas relacionadas								
			3.721	2.600	Provisão de cobertura								
14. Débitos das operações com seguros e resseguros: Abaixo demonstramos as operações com resseguradoras, relacionadas ao repasse de prêmios, líquidas de comissão, registrados na rubrica “Débitos das operações com seguros e resseguros - operações com resseguradoras”:				2018	2017	Outras provisões							

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						
Valores brutos de resseguro						
Ano de ocorrência	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Incorrido + IBNR						
até a data base	595	7.030	54.928	144.396	152.524	273.204
um ano mais tarde	780	6.340	53.510	154.715	168.647	-
dois anos mais tarde	793	6.020	51.153	152.394	-	-
três anos mais tarde	775	6.173	50.417	-	-	-
quatro anos mais tarde	619	6.345	-	-	-	-
cinco anos mais tarde	597	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018.....	597	6.345	50.417	152.394	168.647	273.204
Pago acumulado						
até a data base	267	2.794	30.954	98.755	102.006	162.077
um ano mais tarde	531	4.331	48.530	146.833	161.013	-
dois anos mais tarde	556	4.404	49.118	147.803	-	-
três anos mais tarde	560	4.372	49.740	-	-	-
quatro anos mais tarde	560	4.512	-	-	-	-
cinco anos mais tarde	561	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018.....	561	4.512	49.740	147.803	161.013	162.077
Provisão de sinistros						
Em 31 de dezembro de 2018.....	36	1.834	677	4.590	7.634	111.127
Falta acumulada	2	(685)	(4.511)	7.998	16.123	-
% falta acumulada.....	0%	-11%	-9%	5%	10%	0%
As tabelas a seguir apresentam a atual estimativa do desenvolvimento dos sinistros ocorridos, líquidos de resseguro, comparada com as correspondentes estimativas dos anos anteriores. Os sinistros judiciais foram separados dos sinistros não judiciais. Apresentamos também o desenvolvimento dos sinistros de forma agregada, que apresentam conjuntamente uma sobra agregada de 9% em relação a 2013, uma sobra de 49% em relação a 2014, uma sobra de 42% em relação a 2015, uma sobra de 39% em relação a 2016 e uma falta de 6% em 2017.						
Valores líquidos de resseguros não judiciais						
Ano de ocorrência	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Incorrido + IBNR						
até a data base	583	6.001	37.729	101.491	116.424	179.516
um ano mais tarde	616	4.561	27.741	73.590	121.972	-
dois anos mais tarde	550	3.886	26.267	71.954	-	-
três anos mais tarde	506	3.326	25.611	-	-	-
quatro anos mais tarde	506	3.326	-	-	-	-
cinco anos mais tarde	506	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018.....	506	3.326	25.611	71.954	121.972	179.516
Pago acumulado						
até a data base	267	2.710	24.859	87.009	99.346	156.281
um ano mais tarde	481	3.615	25.278	72.645	119.538	-
dois anos mais tarde	506	3.550	25.549	71.479	-	-
três anos mais tarde	506	3.321	25.611	-	-	-
quatro anos mais tarde	506	3.326	-	-	-	-
cinco anos mais tarde	506	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018.....	506	3.326	25.611	71.479	119.538	156.281
Provisão de sinistros						
Em 31 de dezembro de 2018.....	-	-	-	475	2.434	23.235
Falta acumulada	(76)	(2.675)	(12.118)	(29.537)	5.548	-
% falta acumulada.....	-15%	-80%	-47%	-41%	5%	0%
Valores líquidos de resseguro judiciais						
Ano de ocorrência	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Incorrido + IBNR						
até a data base	-	19	158	2.007	512	1.197
um ano mais tarde	107	682	1.049	2.115	1.875	-
dois anos mais tarde	190	692	671	2.403	-	-
três anos mais tarde	219	530	1.045	-	-	-
quatro anos mais tarde	37	703	-	-	-	-
cinco anos mais tarde	29	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018.....	29	703	1.045	2.403	1.875	1.197
Pago acumulado						
até a data base	-	-	-	49	69	774
um ano mais tarde	-	11	96	120	586	-
dois anos mais tarde	96	15	72	631	-	-
três anos mais tarde	75	121	604	-	-	-
quatro anos mais tarde	3	256	-	-	-	-
cinco anos mais tarde	5	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018.....	5	256	604	631	586	774
Provisão de sinistros						
Em 31 de dezembro de 2018.....	24	446	442	1.773	1.289	423
Falta acumulada	29	684	888	397	1.363	-
% falta acumulada.....	100%	97%	85%	17%	73%	0%
Valores líquidos de resseguro						
Ano de ocorrência	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Incorrido + IBNR						
até a data base	583	6.019	37.887	103.498	116.936	180.713
um ano mais tarde	723	5.243	28.789	75.705	123.847	-
dois anos mais tarde	740	4.579	26.937	74.357	-	-
três anos mais tarde	725	3.856	26.656	-	-	-
quatro anos mais tarde	543	4.028	-	-	-	-
cinco anos mais tarde	535	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018.....	535	4.028	26.656	74.357	123.847	180.713
Pago acumulado						
até a data base	267	2.710	24.859	87.058	99.415	157.054
um ano mais tarde	481	3.625	25.374	72.766	120.124	-
dois anos mais tarde	506	3.565	25.621	72.110	-	-
três anos mais tarde	509	3.442	26.214	-	-	-
quatro anos mais tarde	509	3.582	-	-	-	-
cinco anos mais tarde	511	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018.....	511	3.582	26.214	72.110	120.124	157.054
Provisão de sinistros.....						
Em 31 de dezembro de 2018.....	24	446	442	2.248	3.723	23.659
Falta acumulada	(47)	(1.991)	(11.231)	(29.140)	6.911	-
% falta acumulada.....	-9%	-49%	-42%	-39%	6%	0%
17.3. Movimentação das provisões técnicas:						
	Prêmios não Ganhos	Sinistros a Liquidar	Sinistros Ocorridos a mais não avisados	Provisão de despesas relacio- nadas	Provisão complementar de cobertura	Outras provisões
Saldo em 31 de dezembro de 2016	114.269	53.216	41.704	2.091	15.733	328
Constituições	41.133	35.977	22.281	1.606	168	240
Reversões	(48.839)	(26.522)	(842)	(1.593)	-	(217)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	106.563	62.671	63.143	2.104	15.901	351
Constituições	85.423	132.514	52.708	5.163	42	497
Reversões	(43.499)	(78.595)	(30.648)	(3.129)	(15.943)	(539)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	148.487	116.590	85.203	4.138	-	309
17.4. Sinistros judiciais: Abaixo apresentamos a posição dos sinistros judiciais em 31 de dezembro de 2018:						
Relacionados a sinistros	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado			
Perda provável	57	5.822	4.541			
Perda possível	38	3.573	851			
Perda remota	208	16.591	1.841			
Consórcio DPVAT.....	2.908	42.073	6.517			
Total.....	3.211	68.059	13.750			
18. Patrimônio Líquido: (a) Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2018 é representado por 236.375.000 (duzentos e trinta e seis milhões e trezentos e setenta e cinco mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais a Sancor Seguros Participações S.A. é detentora de 100%.						
Descrição		2018	2017			
Capital Social		236.375	196.875			
		236.375	196.875			
(b) Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência: i. Nos termos da Circular SUSEP nº 321/15 e alterações contidas na Resolução CNSP nº 343/2016, as sociedades seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Sociedade está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, relativo ao risco de mercado, à sociedade segue os prazos estabelecidos na legislação específica para reconhecimento do mesmo; ii. A Resolução SUSEP nº 321/15 dispõe sobre os critérios para apuração do capital de risco baseado no risco de mercado das sociedades supervisionadas. O prazo para o reconhecimento na correlação dos valores de risco de mercado no capital mínimo requerido são: - 0% do CRmerc até 30/12/2016; - 50% do CRmerc entre 31/12/2016 e 30/12/2017; - 100% do CRmerc a partir de 31/12/2017. iii. Sendo assim, para fins de capital mínimo requerido, em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foi utilizado 100% desses valores de risco de mercado na correlação aplicada para fins de controle de capital, conforme mencionada na Resolução CNSP 321/2015. iv. Liquidez em relação ao Capital mínimo requerido (CMR): situação caracterizada quando a sociedade supervisionada apresentar montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% (vinte por cento) do CMR conforme citado na Resolução CNSP 321/2015.						
Os valores apurados são:		2018	2017			
Patrimônio líquido ajustado (PLA)		84.358	69.039			
Capital base (I)		15.000	15.000			
Capital adicional com correlação (II) (*)		42.751	37.802			
Capital adicional - Risco de subscrição		28.004	24.844			
Capital adicional - Risco de crédito		14.088	12.636			
Capital adicional - Operacional		1.966	2.297			
Capital adicional - Mercado		9.400	6.678			
Capital mínimo requerido – CMR (maior valor entre I e II)		42.751	37.802			
Suficiência de capital mínimo		41.607	31.237			
Liquidez em relação ao Capital mínimo requerido (20% do CMR)		8.550	7.560			
Excesso de ativos garantidores oferecidos em cobertura de reservas técnicas.....		15.899	45.013			
(*) Cálculo de capital de risco é a soma do capital de risco de subscrição, crédito, mercado e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e suas alterações posteriores (Resolução CNSP 343/2016 e Resolução CNSP 360/2017).						
Reconciliação do cálculo do PLA: Reconciliação do cálculo do PLA conforme Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016:						
1. Ajustes contábeis		2018	2017			
1.1. Patrimônio líquido		128.419	99.841			
1.2. Participação em sociedades.....		(251)	(219)			
1.3. Despesas antecipadas		(793)	(461)			
1.4. Créditos tributários.....		(9.990)	(6.990)			
1.7. Ativos intangíveis.....		(33.891)	(22.420)			
1.14. Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG.....		(487)	(712)			
Patrimônio líquido ajustado (subtotal)		83.007	69.039			
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos		-	-			
2.1. Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento		-	-			
2.1.1. Ativos financeiros (aplicações)		228.765	225.934			
2.1.1.1. Valor da parcela dos ativos financeiros utilizada para cobertura técnica		227.688	224.609			
2.1.1.2. Valor da parcela dos ativos financeiros não utilizada para cobertura técnica		1.077	1.325			
2.1.2. Valor justo dos ativos financeiros (aplicações)		228.765	225.934			
2.1.2.1. Valor justo da parcela dos ativos financeiros utilizada para cobertura técnica		227.688	224.609			
2.1.2.2. Valor justo da parcela dos ativos financeiros não utilizada para cobertura técnica		1.077	1.325			
2.1.3. Valor bruto do ajuste (= 2.1.2 - 2.1.1)		-	-			
2.1.4. Valor do ajuste (= 55% do item 2.1.3)		-	-			
2.2. Redução realizada no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados		-	-			
2.2.1. Valor deduzido informado no quadro 16.....		-	-			
2.2.2. Valor do ajuste (=55% do item 2.2.1)		-	-			
2.3. Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados no TAP						
2.3.1. Saldo do fluxo: saldo dos fluxos não registrados nota.....		447	1.775			



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Detalhamentos das contas da demonstração do resultado: 19.1. Prêmios emitidos:

	2018			
	Emitido	Cancelado	Restituído	Prêmio Emitido Líquido
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	630	(51)	(1)	578
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	1.581	(324)	(11)	1.246
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	136	(9)	(4)	123
Automóvel - Casco	44.620	(3.660)	(799)	40.161
Auxílio Funeral	154	-	-	154
Carta Verde	113	(5)	(3)	105
Compreensivo Condomínio	170	(14)	-	156
Compreensivo Empresarial	10.328	(914)	(25)	9.389
Compreensivo Residencial	8.738	(1.067)	(26)	7.645
DPVAT	18.796	-	-	18.796
Lucros Cessantes	125	(10)	-	115
Penhor Rural	50	(3)	-	47
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	27.606	(436)	(113)	27.057
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV	14.467	(1.173)	(240)	13.054
Responsabilidade Civil Geral	164	(16)	(1)	147
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	216.447	(42.024)	(1.238)	173.185
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	7	-	-	7
Seguro de Vida do Produtor Rural	3.076	(49)	(65)	2.962
Vida (Pessoas Coletivo)	58.289	(4.325)	(22)	53.942
Vida (Pessoas Individual)	12.119	(3.077)	(13)	9.029
Total	417.616	(57.157)	(2.561)	357.898
	2017			
	Emitido	Cancelado	Restituído	Prêmio Emitido Líquido
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	609	(23)	(2)	584
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	1.637	(279)	(9)	1.349
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	191	(26)	(7)	158
Automóvel - Casco	54.129	(7.647)	(1.385)	45.097
Carta Verde	79	(11)	(3)	65
Compreensivo Condomínio	74	(7)	-	67
Compreensivo Empresarial	8.268	(1.170)	(53)	7.045
Compreensivo Residencial	8.493	(1.972)	(60)	6.461
DPVAT	19.075	-	-	19.075
Lucros Cessantes	139	(17)	(1)	121
Penhor Rural	9	-	-	9
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	20.505	(557)	(79)	19.869
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV	24.435	(3.617)	(731)	20.087
Responsabilidade Civil Geral	148	(19)	(1)	128
Riscos Nomeados e Operacionais	233	(122)	(4)	107
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	158.606	(20.547)	(1.646)	136.413
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	5	(3)	-	2
Seguro de Vida do Produtor Rural	2.459	(5)	-	2.454
Vida (Pessoas Coletivo)	28.044	(4.076)	(24)	23.944
Vida (Pessoas Individual)	10.500	(2.204)	(23)	8.273
Total	337.638	(42.302)	(4.028)	291.308

19.2. Variações das provisões técnicas de prêmios:

	2018	2017
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	(6)	1
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	(1)	(237)
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	7	81
Automóvel - Casco	9.259	9.901
Auxílio Funeral	(100)	-
Carta Verde	(41)	35
Compreensivo Condomínio	(43)	(9)
Compreensivo Empresarial	(1.182)	(2.041)
Compreensivo Residencial	(521)	338
DPVAT	(48)	(30)
Lucros Cessantes	7	(42)
Penhor Rural	(26)	(7)
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	(17.081)	(4.145)
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV	3.623	12.456
Responsabilidade Civil Geral	(7)	(27)
Riscos Nomeados e Operacionais	58	2.650
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	(15.812)	(7.760)
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	(5)	2
Seguro de Vida do Produtor Rural	(1.780)	(472)
Vida (Pessoas Coletivo)	(1.413)	(1.290)
Vida (Pessoas Individual)	(959)	(1.899)
Total	(26.071)	7.505

19.3. Prêmios ganhos:

	2018	2017
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	572	585
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	1.245	1.112
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	130	239
Automóvel - Casco	49.420	54.998
Auxílio Funeral	54	-
Carta Verde	64	100
Compreensivo Condomínio	113	58
Compreensivo Empresarial	8.207	5.004
Compreensivo Residencial	7.124	6.799
DPVAT	18.748	19.045
Lucros Cessantes	122	79
Penhor Rural	21	2
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	9.976	15.724
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV	16.677	32.543
Responsabilidade Civil Geral	140	101
Riscos Nomeados e Operacionais	58	2.757
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	157.373	128.653
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	2	4
Seguro de Vida do Produtor Rural	1.182	1.982
Vida (Pessoas Coletivo)	52.529	22.654
Vida (Pessoas Individual)	8.070	6.374
Total	331.827	298.813

19.4. Sinistros ocorridos - índice de sinistralidade %:

	2018		2017	
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	(694)	56%	109	-8%
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	(202)	35%	(38)	7%
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	(83)	67%	(155)	98%
Automóvel - Casco	(36.712)	91%	(60.019)	133%
Auxílio Funeral	(41)	27%	-	0%
Carta Verde	(9)	9%	5	-8%
Compreensivo Condomínio	(95)	61%	(58)	87%
Compreensivo Empresarial	(3.772)	40%	(4.606)	65%
Compreensivo Residencial	(4.297)	56%	(4.240)	66%
DPVAT	(15.227)	81%	(16.049)	84%
Lucros Cessantes	(42)	37%	(1)	1%
Penhor rural	-	0%	(3)	33%
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	(8.218)	30%	(1.867)	9%
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV	(10.478)	80%	(16.468)	82%
Responsabilidade Civil Geral	(77)	52%	(33)	26%
Riscos Nomeados e Operacionais	360	0%	(2.287)	2137%
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	(195.261)	113%	(69.269)	51%
Seguro de Vida do Produtor Rural	(228)	8%	(345)	14%
Vida (Pessoas Coletivo)	(37.746)	70%	(13.210)	55%
Vida (Pessoas Individual)	(2.857)	32%	(364)	4%
Total	(315.679)	88%	(188.898)	65%

Os índices de sinistralidade foram calculados com base nos prêmios retidos brutos.

19.5. Custos de aquisição - índice de comercialização %:

	2018		2017	
	Agenciamento e corretagem	Variação das despesas diferidas	Total Custos de aquisição	Índice de Comercialização
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	(211)	(2)	(213)	37%
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	(445)	35	(410)	33%
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	(21)	(2)	(23)	19%
Automóvel - Casco	(8.597)	(935)	(9.532)	24%
Auxílio Funeral	(42)	10	(32)	21%
Carta Verde	(17)	6	(11)	10%
Compreensivo Condomínio	(40)	9	(31)	20%
Compreensivo Empresarial	(2.218)	253	(1.965)	21%
Compreensivo Residencial	(2.128)	91	(2.037)	27%
DPVAT	(226)	-	(226)	1%
Lucros Cessantes	(29)	-	(29)	25%
Penhor Rural	(11)	6	(5)	11%
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	(11.791)	10.294	(1.497)	6%
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV ..	(2.194)	(406)	(2.600)	20%
Responsabilidade Civil Geral	(36)	2	(34)	23%
Riscos Nomeados e Operacionais	-	(7)	(7)	0%
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	(20.927)	1.443	(19.484)	11%
Seguro de Vida do Produtor Rural	(1.205)	966	(239)	8%
Vida (Pessoas Coletivo)	(15.113)	165	(14.948)	28%
Vida (Pessoas Individual)	(2.878)	228	(2.650)	29%
Total	(68.129)	12.156	(55.973)	16%

	2017		2017	
	Agenciamento e corretagem	Variação das despesas diferidas	Total Custos de aquisição	Índice de Comercialização
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	(423)	4	(419)	72%
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	(427)	58	(369)	27%
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	(28)	(16)	(44)	28%
Automóvel - Casco	(10.433)	(1.567)	(12.000)	27%
Carta Verde	(15)	(7)	(22)	34%
Compreensivo Condomínio	(15)	2	(13)	19%
Compreensivo Empresarial	(1.626)	316	(1.310)	19%
Compreensivo Residencial	(1.865)	72	(1.793)	28%
DPVAT	(225)	-	(225)	1%
Lucros Cessantes	(27)	9	(18)	15%
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	(8.232)	(534)	(8.766)	44%
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV ..	(3.612)	(1.888)	(5.500)	27%
Responsabilidade Civil Geral	(31)	7	(24)	19%
Riscos Nomeados e Operacionais	(22)	(396)	(418)	391%
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	(15.722)	1.519	(14.203)	10%
Seguro de Vida do Produtor Rural	(991)	(53)	(1.044)	43%
Vida (Pessoas Coletivo)	(7.521)	950	(6.571)	0%
Vida (Pessoas Individual)	(2.606)	657	(1.949)	0%
Total	(53.821)	(867)	(54.688)	19%

Os custos de aquisição são compostos por montantes referentes as comissões e agenciamentos, sendo diferidos nas emissões dos contratos ou apólices e apropriados no resultado, de forma linear pelo prazo de vigência dos contratos ou apólices.

Os índices de comercialização foram calculados com base nos prêmios retidos brutos.

19.6. Outras receitas (despesas) operacionais

	2018	2017
Valores por ramos		
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	(23)	(5)
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	(75)	(44)
Automóvel - Casco	(1.748)	(4.760)
Compreensivo Condomínio	(10)	(1)
Compreensivo Empresarial	(54)	(7)
Compreensivo Residencial	(91)	(107)
DPVAT	(2.099)	(2.034)
Penhor Rural	(9)	(8)
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	(5)	17
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV	(87)	(7)
Responsabilidade Civil Geral	-	10
Riscos Nomeados e Operacionais	(14)	(1)
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	1.118	(202)
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	(59)	-
Seguro de Vida do Produtor Rural	14	21
Vida (Pessoas Coletivo)	(232)	100
Vida (Pessoas Individual)	(89)	(67)
Total	(3.463)	(7.095)
Valores por tipo de receita (despesa)	2018	2017
Outras receitas operacionais - DPVAT	538	30
Outras despesas operacionais - DPVAT	(2.261)	(1.631)
Outras despesas operacionais	(1.103)	(4.799)
Brindes	(169)	(262)
Despesas diversas - DPVAT	(375)	(433)
Ações judiciais	(93)	-
Total	(3.463)	(7.095)

continua...

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
19.7. Resultado com resseguro: (a) Receita com resseguro:				
	2018	2017	Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:	
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	(6)	92	Ativo	2018 2017
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	30	65	Prêmios a receber	
Automóvel - Casco	(145)	-	Central das Cooperativas de Crédito do Estado do Paraná - Sicoob Central Paraná.....	1.349 884
Compreensivo Condomínio	56	47	Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da região de Maringá - Sicoob Metropolitano	320 320
Compreensivo Empresarial	917	1.757	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da região de Francisco Beltrão - Sicoob Vale do Iguaçu.....	261 174
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	2.782	4.020	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Três Fronteiras - Sicoob Três Fronteiras	71 74
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV	(20)	276	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Oeste - Sicoob Oeste	181 161
Riscos Nomeados e Operacionais	(413)	620	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Norte do Paraná - Sicoob Norte	271 318
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	184.050	68.070	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Noroeste do Paraná - Sicoob Noroeste.....	79 79
Seguro de Vida do Produtor Rural	92	156	Cooperativa de Crédito dos Empresários da Grande Curitiba - Sicoob Sul	28 268
Vida (Pessoas Coletivo)	2.640	1.914	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Cascavel e Região - Sicoob Credicapital.....	247 197
Vida (Pessoas Individual)	1.693	-	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Norte do Paraná - Sicoob Aliança	76 54
	191.676	77.017	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Umuarama - Sicoob Arenito.....	34 38
	2018	2017	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Marechal Candido Rondon e Região.....	103 120
(b) Despesa com resseguro			Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Iguaçu Integrado - Sicoob Integrado	52 65
Acidentes Pessoais (Pessoas Coletivo)	(10)	(13)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Arapongas - Sicoob Arapongas.....	35 32
Acidentes Pessoais (Pessoas Individual)	(20)	(36)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Médio Oeste - Sicoob Médio Oeste	80 74
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	-	(33)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Colorado e região.....	- 3
Automóvel - Casco	(295)	(279)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados dos vales do Itajaí e Itapocu, do Litoral.....	17 15
Carta Verde	-	(33)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Pará.....	2 1
Compreensivo Condomínio	(74)	(42)	Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Int. do Min. E Pod. Jud. Estado do Pará.....	15 10
Compreensivo Empresarial	(1.421)	(782)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Amapá.....	19 15
Compreensivo Residencial	(271)	(628)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados das Regiões Norte e	3 1
Penhor Rural	(229)	(77)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Pacajá e Região.....	12 3
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	3.421	(4.393)		3.255 2.906
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCFV	(63)	(180)	Outros créditos	
Riscos Nomeados e Operacionais	(114)	(662)	Sancor Cooperativa de Seguros	88 295
Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	(110.007)	(90.336)	Total do ativo	3.343 3.201
Seguro Benfeitorias e Produtos Agropecuários	(115)	(123)	Passivo	2018 2017
Seguro de Vida do Produtor Rural	144	(231)	Corretores de seguro e resseguro	
Vida (Pessoas Coletivo)	(3.918)	(2.018)	Unicoob Corretora	12 134
Vida (Pessoas Individual)	(354)	(619)	Total do passivo	12 134
	(113.326)	(100.485)	As transações registradas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:	
19.8. Despesas administrativas:	2018	2017	Transações no resultado	2018 2017
Despesas com pessoal próprio	(28.753)	(20.991)	Prêmios emitidos	
Despesas com serviço de terceiros.....	(6.647)	(6.838)	Central das Cooperativas de Crédito do Estado do Paraná - Sicoob Central Paraná.....	1.476 1.127
Despesas com localização e funcionamento.....	(15.273)	(14.417)	Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da região de Maringá - Sicoob Metropolitano	3.699 2.870
Despesas com propaganda e publicidade.....	(3.108)	(3.008)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da região de Francisco Beltrão - Sicoob Vale do Iguaçu.....	2.748 2.355
Despesas com publicações.....	(67)	(60)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Três Fronteiras - Sicoob Três Fronteiras	1.368 983
Despesas com donativos	(55)	(220)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Oeste - Sicoob Oeste	2.468 1.810
Despesas administrativas diversas	(1.812)	(1.237)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Norte do Paraná - Sicoob Norte	3.060 2.815
Despesas com Consórcio DPVAT	(2.254)	(1.351)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Noroeste do Paraná - Sicoob Noroeste.....	1.724 1.438
Total	(57.969)	(48.122)	Cooperativa de Crédito dos Empresários da Grande Curitiba - Sicoob Sul	3.457 2.531
19.9. Despesas com tributos:	2018	2017	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Cascavel e Região - Sicoob Credicapital.....	2.884 2.146
PIS e COFINS.....	(4.812)	(4.312)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Norte do Paraná - Sicoob Aliança	1.092 857
Impostos Federais	(56)	(33)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Umuarama - Sicoob Arenito.....	1.018 807
Impostos Estaduais.....	(125)	(250)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Marechal Candido Rondon e Região.....	576 500
Impostos Municipais.....	(42)	(22)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Iguaçu Integrado - Sicoob Integrado	1.610 1.192
Taxa de fiscalização	(1.120)	(885)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Arapongas - Sicoob Arapongas.....	472 286
Contribuição sindical	(175)	(47)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Médio Oeste - Sicoob Médio Oeste	999 828
Outros.....	(8)	(3)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Colorado e Região	(1) 5
Total	(6.338)	(5.552)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados dos vales do Itajaí e Itapocu, do Litoral.....	21 56
19.10. Resultado financeiro:	2018	2017	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Pará.....	289 205
Receitas financeiras			Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Int. do Min. E Pod. Jud. Estado do Pará.....	596 215
Receitas com títulos renda fixa públicos.....	6.635	6.110	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Amapá.....	137 124
Receitas com títulos renda fixa privados	9.006	10.494	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados das Regiões Norte e	207 262
Receitas com operações de seguros	1.907	2.532	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Pacaja e Região.....	413 82
Outras receitas financeiras	717	328		30.313 23.494
	18.265	19.464		2018 2017
Despesas financeiras			Sinistros ocorridos	
Atualização monetária – PSL (*).....	(4.574)	(5.148)	Central das Cooperativas de Crédito do Estado do Paraná - Sicoob Central Paraná.....	418 (62)
Consórcio DPVAT.....	(24)	(22)	Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão da região de Maringá - Sicoob Metropolitano	1.440 315
Juros e mora	(100)	(100)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da região de Francisco Beltrão - Sicoob Vale do Iguaçu.....	176 141
Total	(4.698)	(5.270)	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Três Fronteiras - Sicoob Três Fronteiras	317 343
Resultado financeiro	13.567	14.194	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Oeste - Sicoob Oeste	639 234
(*) referem-se as atualizações monetárias das provisões de sinistros a liquidar (PSL) com idade superior a 30 dias.				
20. Imposto de renda e contribuição social:				
	2018	2017		
Imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos e participações	(13.558)	(13.558)	(13.099)	(13.099)
Adições				
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	26.422	26.422	18.760	18.760
Processos judiciais	263	263	-	-
Multas indedutíveis.....	8	8	5	5
Contribuições compulsórias.....	55	55	220	220
Provisão para participação nos lucros.....	364	364	937	937
Brindes	1.061	1.061	483	483
Total de adições	28.173	28.173	20.405	20.405
Exclusões				
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(26.485)	(26.485)	(20.714)	(20.714)
Total de exclusões	(26.485)	(26.485)	(20.714)	(20.714)
Adições e (deduções), líquidas	1.688	1.688	(309)	(309)
Base de cálculo	(11.870)	(11.870)	(13.408)	(13.408)
Alíquota nominal - %.....	25	20	25	20
IRPJ e CSLL	-	-	-	-
21. Transações com partes relacionadas: Transações com pessoal-chave: As transações com pessoal-chave da administração referem-se a valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme abaixo:				
	2018	2017		
Honorários de diretoria e encargos	7.137	3.429		
	7.137	3.429		
(b) Transações e saldos: As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são: (i) Emissões de apólices de seguro dos ramos patrimoniais, vida e prestamista; (ii) Pagamento de comissão por corretagem de seguros; (iii) Saldo de mútuo financeiro.				
	Diretoria		Contador	Atuário responsável
	Diretor geral	Diretor comercial	Luiz Fernando Carneiro	Cristina Maria Cantanhede Biasotto Mano
	Leandro Ariel Poretti	Ênio Tetsuo Fukai	CRC - PR 52.885/O-4	MIBA 900

**Aos Acionistas e Administradores da Sancor Seguros do Brasil S.A.**

Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da **Sancor Seguros do Brasil S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, “itens auditados”), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial,

Aos Administradores e Acionistas **Sancor Seguros do Brasil S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sancor Seguros do Brasil S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sancor Seguros do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Sancor Seguros do Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta

atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19 - CIBA 105
Carlos Eduardo Silva Teixeira - MIBA 729



a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 27 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva - Contador CRC 1SP171089/O-3



16169/2019



Diário OFICIAL

A informação oficial do estado,
certificada digitalmente.
www.imprensaoficial.pr.gov.br
